



ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 05.321.987/0001-60

Relatório da Administração

A ENTE afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2022	2021
Disponibilidade (%)	100,00%	99,92%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2022, a ENTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2021/2022.

2. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 3. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção e 4. Machine Learning e fadiga multiatxial para cabos condutores: fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ente.com.br **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ENTE apoiou

em 2022 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Bienal, Grupo Storm, Instituto Tomie Ohtake, Cia. Ballet de Cegos da Associação Fernanda Bianchini, Associação Vaga Lume, Confederação Brasileira de Rugby, Instituto Sports, Hospital Pequeno Príncipe, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Fundação Futuro Brasil, Hospital de Amor de Barretos e Hospital São José de Criciúma. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07,

incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2022, os resultados da ENTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	141.526	159.666
EBITDA	165.915	172.756

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e de setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ENTE. **A Diretoria**

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.267	20.450	46.744	25.883
Investimento curto prazo	5	8.901	162	8.901	162
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		9.443	11.032	14.596	16.654
Ativo contratual da concessão	6	116.934	107.925	190.292	176.703
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.967	2.021	3.196	4.564
Outros tributos compensáveis		51	52	53	57
Dividendos a receber		6.507	10.189	6.507	10.189
Outros ativos		6.027	6.755	6.682	7.352
		185.097	158.586	276.717	241.564
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		6.476	2.705	8.520	3.078
Ativo contratual da concessão	6	670.481	670.332	1.385.904	1.367.794
Outros ativos		623	408	623	408
Intangível	7	209.907	209.586	104.913	102.021
Imobilizado		487	958	975	1.096
Intangível		1.491	1.548	1.493	1.548
		889.875	885.637	1.502.428	1.475.945
Total do Ativo		1.074.972	1.044.223	1.779.399	1.717.509

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Passivo					
Passivo circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	30.556	2.412	40.183	2.165
Fornecedores		3.032	3.058	5.724	9.281
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	7.995	7.250	9.658	7.275
Outros tributos a pagar		4.395	3.798	6.567	5.401
Dividendos a pagar	15	33.244	47.544	42.035	60.305
Provisão para compensação ambiental	14	465	1.111	465	1.111
Encargos regulatórios	10	6.551	5.614	6.870	6.039
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	7.776	7.177	14.828	13.789
Outros passivos		6.126	7.329	7.544	8.211
		100.140	85.283	133.874	114.035
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	156.206	151.759	539.792	522.263
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	177.325	161.427	290.886	261.175
Provisão para demandas judiciais	13	600	—	600	—
Encargos regulatórios	10	970	—	970	—
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	44.587	44.577	113.361	111.624
		379.888	357.763	945.807	895.062
		479.828	443.046	1.079.681	1.009.097
Total do passivo					
Patrimônio líquido					
Capital social	15	340.078	340.078	340.078	340.078
Reservas de lucro	15	155.334	158.104	155.334	158.104
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	15	99.732	102.995	99.732	102.995
Total do patrimônio líquido		595.144	601.177	595.144	601.177
Participação de acionistas não controladores		—	—	104.574	107.235
Patrimônio líquido - participação de acionistas não controladores		595.144	601.177	699.718	708.412
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.074.972	1.044.223	1.779.399	1.717.509

Total do Ativo **1.074.972** **1.044.223** **1.779.399** **1.717.509**
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reservas de lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de lucros retidos				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	340.078	68.016	20.624	29.401	91.418	—	549.537	655.352
Pagamento de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(91.418)	—	(91.418)	(91.418)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	214.602	214.602	25.502
Destinação proposta à A.G.O.: Incentivo fiscal	—	—	24.424	—	—	(24.424)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(47.544)	(47.544)	(6.367)
Dividendos intermediários	—	—	—	(24.000)	—	(24.000)	—	(17.715)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	102.995	(102.995)	—	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	39.639	(39.639)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.078	68.016	45.048	45.040	102.995	—	601.177	708.412
Distribuição de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(102.995)	—	(102.995)	(11.596)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	—	—	—	(29.460)	—	(29.460)	—	(6.986)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	159.666	159.666	20.308
Destinação proposta à A.G.O.: Incentivo fiscal	—	—	26.690	—	—	(26.690)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(33.244)	(33.244)	(4.387)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	99.732	(99.732)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	340.078	68.016	71.738	15.580	99.732	—	595.144	699.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE" ou "Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 em como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A. A ENTE e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo Vigente (anos)	Índice de correção RAP (*)	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Tipo de concessão	Sim
ENTE	50,10%	065/2002	30	2032	204,203	IGP-M	fev/05	Sim
ENTE (*)	50,10%	15/2016	30	83,645	IPCA	jun/20	—	Sim

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067 de 12/07/2022. (*) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 92.171 para EDTE.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE e de sua controlada entende que ao final do prazo de cada concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1 Impactos da COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: O negócio da Companhia e sua controlada apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M na ENTE e IPCA na EDTE) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e da sua controlada não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, físicos, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** A contabilização dos contratos de concessão, a ENTE e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da ENTE avalia o momento do reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital, revisada nos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a ENTE e sua controlada têm direito a receber, o valor recuperável é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outros resultados (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados ao margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela Variável):** A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **2.5 Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ENTE e de sua controlada em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a ENTE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a ENTE detém em 31 de dezembro de 2022:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	2022	2021
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	50,10%	50,10%	50,10%
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	38,02%	38,02%	38,02%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Coligada	18,45%	18,45%	18,45%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando o conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; por possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implementação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção têm início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP) que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre 9,01% a.a. a 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias; Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas. **3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da ENTE e sua controlada revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econôm

→* continuação

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 05.321.987/0001-60

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2022

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecerem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 92,42% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (92,01 % do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2022, a ENTE possui saldo de R\$8.901 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 100,84% do CDI (R\$162 remunerado em média por 104,53% do CDI em 31 de dezembro de 2021, na controlada EDTE).

6. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	684.791	1.384.673
Receita de operação e manutenção	61.789	75.017
Remuneração do ativo contratual da concessão	191.203	324.992
(-) Parcela variável	(65)	(98)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(159.461)	(240.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	778.257	1.544.497
Receita de operação e manutenção	75.292	89.936
Remuneração do ativo contratual da concessão	128.227	239.752
(-) Parcela variável	(258)	(258)
Efeito de revisão tarifária periódica	-	(14.104)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(194.103)	(283.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	787.415	1.576.196
Ativo contratual da concessão - circulante	116.934	190.292
Ativo contratual da concessão - não circulante	670.481	1.385.904
Total circulante e não circulante	787.415	1.576.196

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente

8. DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Controladora		31/12/2021		Consolidado		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	2.989	6.571	383.581	393.141
Debêntures 4ª emissão	3.260	(55)	49.966	53.171	3.260	(55)	49.966	51.420
Debêntures 5ª emissão	667	(45)	29.828	30.450	667	(45)	29.828	30.450
CCB	1.276	25.305	76.400	102.981	1.276	25.305	76.400	102.981
Arrendamento mercantil	-	148	12	160	-	215	17	232
	5.203	25.353	156.206	186.762	8.192	31.991	539.792	579.975

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª e 5ª emissões de debêntures o saldo é de R\$45 e R\$55, respectivamente. Adicionalmente, em suas demonstrações consolidadas o saldo de principal de curto e longo prazo da 2ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos da controladora, nos montantes anteriormente informados, e da controlada, EDTE, no montante de R\$6.378, respectivamente. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ENTE e sua controlada:

Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Principais condições contratadas		Periodicidade da amortização		
			Principal contratado	Taxa a.a.	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 2ª emissão	dez/18	dez/28	315.000	159.012	40,367	Semestral	Semestral
Debêntures 4ª emissão	jul/19	jul/24	50.000	108,60% do CDI	5,2939%	Semestral	Semestral
Debêntures 5ª emissão	mai/22	mai/27	30.000	1,8% + CDI	4ª e 5ª ano	Semestral	No vencimento
CCB - Cédula de Crédito Bancário	jul/20	jul/25	100.000	2,9% + CDI		Mensal	Mensal

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

	ENTE
Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2022 (*)	867.850
Debêntures 4ª emissão	867.850
Debêntures 5ª emissão	867.850
CCB - 270269820	867.850

A Administração da ENTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2022, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	50.831	95.191
2025	75.436	119.846
2026	14.954	62.268
2027	14.985	64.824
2028	-	197.663
Após 2028	-	-
	156.206	539.792

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	152.266	485.870
Juros e variação monetária	9.883	65.699
Amortização do principal e dos juros	(7.978)	(27.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154.171	524.428
Ingresso de dívidas	29.760	29.760
Juros e variação monetária	24.536	68.324
Amortização do principal e dos juros	(21.705)	(42.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	186.762	579.975

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora	Consolidado		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(27)	2	399	33
Contribuição social - CSLL	8.022	7.248	9.259	7.248
	7.995	7.250	9.658	7.281

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora	Consolidado		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	7.344	4.140	7.984	4.504
Quota de reserva global de reversão - RGR	-	1.383	-	1.383
Taxa de fiscalização - ANEEL	177	91	254	152
	7.521	5.614	8.238	6.039
Passivo circulante	6.551	5.614	6.870	6.039
Passivo não circulante	970	-	1.368	-

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Reconhecido	
	31/12/2020	no resultado	31/12/2021	no resultado
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa	(24)	7	(18)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(12.130)	794	(11.336)	719
Subtotal	(12.154)	801	(11.354)	724
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	139.444	33.337	172.781	15.174
Subtotal	139.444	33.337	172.781	187.955
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	127.290	34.138	161.427	15.898

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas da

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 787.415 mil para a controladora e R\$ 1.576.196 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfazida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada

potencial de geração de receita adicional.

7. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora			
	EDTE	STC	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	106.240	35.528	61.310	203.078
Resultado de equivalência patrimonial	25.604	7.785	15.850	49.239
Dividendos declarados	(24.179)	(5.912)	(12.540)	(42.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	107.665	37.401	64.620	209.686
Resultado de equivalência patrimonial	20.390	6.167	8.410	34.967
Dividendos declarados	(23.061)	(7.866)	(3.819)	(34.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	104.994	35.702	69.211	209.907

	Consolidado		
	STC	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.528	61.310	96.838
Resultado de equivalência patrimonial	7.785	15.850	23.635
Dividendos declarados	(5.912)	(12.540)	(18.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.401	64.620	102.021
Resultado de equivalência patrimonial	6.167	8.410	14.577
Dividendos declarados	(7.866)	(3.819)	(11.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.702	69.211	104.913

A ENTE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controlada por meio do método de equivalência patrimonial. b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controlada		Coligadas	
	EDTE	STC	ERTE	
Dados das companhias:				
Total do ativo	809.421	217.071	212.960	
Total do passivo	599.853	23.565	30.905	
Patrimônio líquido	209.568	193.506	182.055	
Receita líquida	113.252	38.237	29.570	
Lucro líquido	40.698	33.423	22.122	
Quantidade de ações	1.218.126	211.003.246	84.133.970	
Participação da ENTE:				
Quantidade de ações no capital social	610.282	38.930.597	31.984.573	
no resultado	50.10%	18,45%	38,02%	
no patrimônio líquido	20.390	6.167	8.410	
	104.994	35.702	69.211	

	Controladora		31/12/2021		Consolidado		31/12/2021	
	Encargos	Principal	Total	Total	Encargos	Principal	Total	Total
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	2.989	6.571	383.581	393.141
Debêntures 4ª emissão	3.260	(55)	49.966	53.171	3.260	(55)	49.966	51.420
Debêntures 5ª emissão	667	(45)	29.828	30.450	667	(45)	29.828	30.450
CCB	1.276	25.305	76.400	102.981	1.276	25.305	76.400	102.981
Arrendamento mercantil	-	148	12	160	-	215	17	232
	5.203	25.353	156.206	186.762	8.192	31.991	539.792	579.975

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª e 5ª emissões de debêntures o saldo é de R\$45 e R\$55, respectivamente. Adicionalmente, em suas demonstrações consolidadas o saldo de principal de curto e longo prazo da 2ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos da controladora, nos montantes anteriormente informados, e da controlada, EDTE, no montante de R\$6.378, respectivamente. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ENTE e sua controlada:

Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Principais condições contratadas		Periodicidade da amortização		
			Principal contratado	Taxa a.a.	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 2ª emissão	dez/18	dez/28	315.000	159.012	40,367	Semestral	Semestral
Debêntures 4ª emissão	jul/19	jul/24	50.000	108,60% do CDI	5,2939%	Semestral	Semestral
Debêntures 5ª emissão	mai/22	mai/27	30.000	1,8% + CDI	4ª e 5ª ano	Semestral	No vencimento
CCB - Cédula de Crédito Bancário	jul/20	jul/25	100.000	2,9% + CDI		Mensal	Mensal

	Controladora		Reconhecido	
	31/12/2020	no resultado	31/12/2021	no resultado
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa	(24)	7	(18)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(12.130)	794	(11.336)	719
Subtotal	(12.154)	801	(11.362)	726

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	139.444	33.337	172.781	15.174